

ANÁLISE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Autor (1) Neusiana Vieira Fernandes; **Co-autores (1)** Wendel Alves Sales Macedo; (2) Everaldo da Silva Ribeiro; (3) Dorgival Renê Tolentino Leite; **Orientadora:** Maria das Graças de Almeida Baptista.

***Autor (1)** Mestranda em Ergonomia pela Faculdade de Motricidade Humana/FMH_ULisboa. E-mail: neusianavf@hotmail.com*

***Co-autores:** (1) Mestrando em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: wendel_direito@hotmail.com*

(2) Mestrando em Direitos Humanos-Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos/UFPB. E-mail: everaldo-ribeiro@hotmail.com

(3) Mestrando em Direitos Humanos-Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos/UFPB. E-mail: dorgivalrene@yahoo.com.br

***Orientadora:** Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB. E-mail: mgabaptista2@yahoo.com.br*

RESUMO: O trabalho pretende fazer uma análise histórica da educação inclusiva, partindo das primeiras civilizações como Egito, Suméria, Babilônia, Assírio, Mediterrâneas Orientais, Grécia, Esparta, Mulçumanos e etc. O mencionado texto não pretende esgotar o tema, nesse sentido, deve haver um diálogo com as pessoas e com os agentes públicos sobre a história da educação inclusiva e os atuais problemas dessa educação no Brasil e no mundo. O referido estudo trata de uma educação especial inclusiva que não pretende estabelecer nenhuma segregação. O objetivo do trabalho é estudar a história da educação inclusiva para que se possa entender o que vem acontecendo atualmente, nessa perspectiva, deve ser olhado o passado para que se possa compreender o presente. A metodologia do trabalho está embasada numa pesquisa bibliográfica. Os métodos utilizados foram o método dedutivo e o método qualitativo. Diante do atual contexto vivenciado pela sociedade, o problema do trabalho está fundado na seguinte questão: como é tratada a história da educação inclusiva? Justifica-se pela importância do tema, em razão de atualmente se ter uma sociedade caracterizada pela desigualdade, nesse aspecto, a inclusão jurídica, cultural, econômica e social deve acontecer com vista em proporcionar uma justiça social. A educação brasileira vem passando por dificuldades e um dos fatores é a falta de investimento em uma educação de qualidade. É necessária uma mudança cultural das pessoas no sentido de tratar todos com respeito aos Direitos Humanos. Não se pode admitir violações desses direitos, tendo em vista que a dignidade da pessoa humana é um fundamento do Estado Democrático de Direito.

PALAVRAS-CHAVES: Civilizações, Conquistas e Desafios da Educação Especial, Educação Inclusiva, História da Educação Inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho pretende fazer uma análise histórica da educação inclusiva, partindo das primeiras civilizações. Estudar sobre a histórica é importante para que se possa compreender a atualidade e as conquistas alcançada pela humanidade em uma sociedade caracterizada pela desigualdade. Não há dúvida que há desafios para a melhoria da educação especial no Brasil.

O objetivo do trabalho é estudar a história da educação inclusiva numa perspectiva de

compreender o que vem acontecendo na atualidade. Uma das melhores formas de saber sobre o presente de forma contextualizada é conhecer e analisar historicamente determinado assunto e isso não muda com a educação inclusiva.

Ao analisar as mais variadas civilizações do ocidente e do oriente no que tange à história da educação inclusiva, o problema do trabalho gira em torno da seguinte indagação: como é tratada a história da educação inclusiva?

Justifica-se pela importância do tema, tendo em vista que em uma sociedade marcada pela desigualdade, a inclusão jurídica, cultural, econômica e social deve acontecer com vista em proporcionar uma justiça social. A educação inclusiva à luz dos Direitos Humanos já deveria ter acontecido no Brasil: não há mais o que esperar.

2 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho está embasada em uma pesquisa bibliográfica, em que se estuda Santiago (2011), Drago (2011) e PAULON, FREITAS, PINHO, (2005). Os métodos utilizados no presente trabalho foram o método dedutivo e o método qualitativo. Isso significa que a pesquisa parte do geral para o particular e que há um estudo da literatura que trata sobre a educação inclusiva.

3 RESULTADOS

Os resultados do trabalho são: as civilizações antigas não tinham uma educação especial; no decorrer da história fica constatado o tratamento de forma excludente da educação especial; o cristianismo contribuiu com uma mudança de tratamento das pessoas no plano teórico; as pessoas com deficiências são sujeitos de direitos humanos; a educação especial não deve segregar ninguém; há conquistas na educação especial, porém ainda há muitos desafios na sociedade atual.

4 DISCURSÃO - HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Segundo Santiago (2011, p. 23), nas primeiras civilizações, onde não havia propriedade privada e divisão de classes, não havia a exclusão dos deficientes pelas pessoas não deficientes. A autora faz um estudo cronológico sobre as pessoas com deficiência, desde

as primeiras civilizações.

Para os egípcios, a deficiência era um castigo dos deuses, e a educação, ou seja, o acesso ao conhecimento era para poucos, somente para as classes mais abastadas. Para os pobres “restavam apenas aprender o ofício de seus pais”, uma vez que a educação “voltava-se para a manutenção destas classes. Ser deficiente nesta camada social implicava em exclusão”. Portanto, destaca a autora, “os conhecimentos sobre a questão da deficiência, bem como a busca pela cura é também favorecida pela classe social a quem o indivíduo pertence” (SANTIAGO, 2011, p.29-30).

Assim, a deficiência para os egípcios estava relacionada com a religião, sendo uma forma de castigo, e muitas das deficiências eram causadas pela violência que os superiores exerciam, já que tinham poderes para isso. Além disso, percebe-se que há uma visão diferente, pois para aqueles que tinham acesso à educação, a deficiência não era vista como um castigo. Porém, os deficientes ainda eram excluídos da sociedade e, conseqüentemente, da educação, mas conforme a autora coloca, a exclusão das pessoas com deficiência está mais relacionada à classe social que o indivíduo pertence.

Na Civilização Mesopotâmica, habitaram os sumérios, os babilônios e os assírios. Para os sumérios, a educação era de acordo com a classe social, e as deficiências humanas eram penas dos deuses para as pessoas que mereciam, porém o tratamento para com os deficientes mudava de acordo com a posição econômica:

Quando as constantes epidemias não levavam à morte, mas, à mutilação de algum órgão sensorial motor, deixando uma deficiência, a situação também se diferenciava para suas vítimas. Se, pertencentes às classes menos favorecidas, o sacrifício era a alternativa mais adotada. Se pertencente às classes favorecidas, o cuidado, a proteção e até a adoração seguiam por toda a vida (SANTIAGO, 2011, p. 36).

Assim como os sumérios, na Civilização Babilônica o deficiente não tinha espaço na sociedade. As pessoas de classes desfavorecidas eram punidas com mutilações, em conformidade com o Código de Hamurábi, a lei vigente na época, que ocasionou muitas deficiências, geralmente os sujeitos que sofriam as mutilações eram escravos. Além disso, o código permitia a vingança “olho por olho, dente por dente”, que de certa forma incentivava o aumento de deficiências.

Já a Civilização Assíria tinha uma cultura voltada para a guerra, dessa forma, eram necessários homens saudáveis para compor o exército, não tendo espaço para os deficientes,

todavia, os deficientes ricos eram protegidos e adorados (SANTIAGO, 2011, p. 41-42).

Nas Civilizações Mediterrâneas Orientais temos os fenícios, hebreus e persas. Nestas civilizações os deficientes também eram excluídos da sociedade. Para os hebreus a deficiência era um castigo de Deus, e as pessoas com deficiência eram tidas como imunda, os deficientes ricos, as famílias ofereciam ofertas aos templos no intuito de receber o perdão divino, pois o Estado se fundava na religião. Já para os persas, o Estado era de acordo com a vontade do rei. Para este povo, as pessoas que já nasciam com algum tipo de deficiência eram marcadas pelo mal, se rebeldes, seriam castigados com mutilações (SANTIAGO, 2011, p. 52; 56).

Para as Civilizações Orientais, como os chineses a religião também influenciava a vida social. Na china uma religião que tem grande expressão é o budismo, criada na Índia no século VI a.c., tendo como guia espiritual o Buda. Na ideologia budista, toda ação humana é denominada de karma, que pode ser negativo ou positivo. Neste contexto, a deficiência é tida como um débito da vida passada (SANTIAGO, 2011, p. 66).

Para os chineses, a deficiência “permaneceu marcado por um misticismo que oscilava entre a aceitação das anomalias como oriundas de males causados em outra vida ou problemas sobre os quais somente magos poderiam agir. Mas nestes casos, apenas ricos tinham acesso (SANTIAGO, 2011, p. 66).

A deficiência é aceita de acordo com a classe social dos indivíduos, mas não há uma busca para entender as causas da deficiência, pois a religião explica as limitações físicas e/ou mentais das pessoas, modificando o discurso de acordo com a posição social.

Nas Civilizações Orientais, a sociedade hindu era dividida em castas, e o tratamento dado aos deficientes variava de acordo com a casta que pertence:

Estes povos dividiam-se entre Brâmanes (religiosos), Khasatryas (guerreiros), Vasyas (comerciantes e fazendeiros) e Sudras (trabalhadores, escravos, camponeses, etc). Existiam ainda os párias, grupo que teoricamente não tinha nem inserção social. [...] o tratamento dado às pessoas com deficiência variava, evidentemente, em razão da casta ocupada. Se fosse um brâmane, sua natureza divina era ressaltada, mas se pertencesse a Khasatryas, Sudras ou Pária suas chances eram sensivelmente diminuídas (SANTIAGO, 2011, p. 69).

A Civilização Grega valorizava a beleza e o físico, por esta razão, os deficientes eram prejudiciais à harmonia e beleza da cidade. Os gregos criam em deuses, entre eles está Hefestos, deus do fogo e do trabalho, que morava longe, porque tinha que esconder da mãe, que queria matá-lo por ser deficiente (SANTIAGO, 2011, p. 77).

O fato do deus do trabalho ser deficiente é bastante sugestiva, pois uma das causas da exclusão do deficiente era o fato de que este não podiam trabalhar, mas se o deus do trabalho é deficiente, mostra que mesmo um deficiente tem condições de realizar atividades laborais. Mas, ao mesmo tempo em que a crença mostra um lado positivo ela mostra o lado negativo, pois Hefestos morava longe como forma de escapar da morte pela mãe. Assim, o mito mostra que os deficientes não devem viver em sociedade, porque não são aceitos nem pelos familiares.

Na esfera social grega, as pessoas com deficiência são excluídas de três formas, pelos mitos, pela cultura que valorizava a estética e a classe social, ou seja, o deficiente não podia ser considerado um cidadão da polis, já que não se enquadrava aos padrões da época:

O tratamento dado deficientes era o mesmo que dado aos escravos. E como o deficiente, assim como o escravo era inferior por natureza, era de seu interesse ser tratado como tal. Portanto não há cidadão deficiente. A maioria – senão todos - era sacrificada ou abandonada até a morte. [...] Embora, os deficientes fossem entendidos como serem sem alma raríssimos casos poderiam sobreviver, crescer e envelhecer (SANTIAGO, 2011, p. 82-83).

Em Esparta, a cultura valorizava a perfeição física e era voltada para guerra. Desde a infância os espartanos já eram treinados para o combate, ou seja, a educação era direcionada para guerra, e neste contexto, não há espaço para os deficientes. Tudo isso porque nesta cultura, não há uma distinção entre a criança e o adulto, pois desde a infância o espartano tinha que lutar pelo interesse da polis, e a inclusão dos deficientes não fazia parte, por isso, a matança de crianças deficientes era uma prática normalizada, se não servisse para os objetivos do Estado poderia ser morto.

Mesmo que o cidadão espartano tivesse adquirido a deficiência em combate pela polis, não havia nem um tipo de reconhecimento ou algum tipo de misericórdia, tendo que ser morto, até mesmo após o combate:

Além das deficiências naturais, os combates e os treinamentos militares tão comuns entre os moradores de Esparta levavam ao surgimento de deficiências adquiridas. Entretanto, independente de quais serviços o sujeito tivesse prestado na defesa da polis ou conquista de territórios, se o mesmo viesse a possuir uma deficiência, sua eliminação era vista como a melhor alternativa a ser tomada. Era, portanto, comum nos campos de combate, que os soldados vitimados por mutilações de toda ordem, fossem sacrificados pelos seus companheiros (MOSSÉ, 1982 *apud* SANTIAGO, 2011, p.86).

A situação das pessoas com deficiência na sociedade romana não foi muito diferente,

os deficientes também eram eliminados, mas havia um tratamento discriminatório social-econômico, se de classe menos favorecida deveria ser morto, mas se fosse de classe abastada (patrícios) havia uma tolerância, mesmo assim, os deficientes ainda eram excluídos, tendo que ficarem escondidos:

Neste contexto, a deficiência era eliminada em todos os casos, mas, dependendo da classe social, poderia ser escondida, poupada. No entanto, se nascida entre os plebeus, a morte seria inevitável, tendo em vista a perseguição sofrida. Na fase adulta (no caso de deficiências adquiridas), a deficiência era rigorosamente banida entre os trabalhadores e guerreiros, mas, suportada entre os patrícios, embora, seus indivíduos fossem afastados do convívio com os demais (CECCIM, 2001 *apud* SANTIAGO, 2011, p.94).

A visão em relação aos deficientes começa a mudar nas civilizações medievais, por causa da influência da Igreja Católica, que na época detinham grande poder.

De acordo com Ceccim, ao longo da Idade Média, é que as pessoas com deficiência “vão gradativamente ser reconhecidas como seres humanos”, devendo à Igreja cristã grande responsabilidade sobre isto. Assim, como filhos de Deus passam a ser vistos através de uma visão caritativa e também postergadora, pois eram deixadas às mãos de deus ou entregues à igreja, sua principal representante para os cuidados necessários ou para a expiação redentora de seus pecados (2011, p. 27 *apud* SANTIAGO, 2011, p.117-118).

Apesar dos deficientes passarem a ser reconhecidos como seres humanos, a situação não melhorou, pois o sistema econômico da época não vinculava o senhor feudal com o seu servo, pois este fazia uma espécie de aluguel ao senhor feudal, alugava um pedaço de terra e as ferramentas necessárias para o cultivo, além de ter a obrigação de dar grande parte da colheita, sendo necessário um trabalho diariamente árduo para pagar ao senhor e sustentar a família. Dessa forma, os deficientes não tinham espaço nesta sociedade, e se não produzissem lucros para o senhor do feudo seriam expulsos.

Do ponto de vista econômico o novo modelo feudal não facilitou a vida da pessoa com deficiência, pois diferente do sistema escravista, no feudalismo, o senhor feudal não tinha qualquer responsabilidade de sustentar os servos, portanto, os servos que por qualquer razão torna-se deficientes eram sumariamente mandados embora dos feudos (SOUZA, 2006 *apud* SANTIAGO, 2011, p. 118).

Assim como para os ocidentais a religião influenciou de forma significativa, para os mulçumanos a religião também teve sua contribuição porque as práticas educativas deste

povo são alicerçadas pelo Alcorão, que guia o mundo árabe (SANTIAGO, 2011, p.119). Nesta conjuntura, as pessoas com deficiência são consideradas incapazes, não tendo qualquer direito básico.

Os líderes religiosos da época só se preocupavam com aqueles que tinham condições financeiras, se responsabilizando pelos deficientes ricos, buscando até mesmo a cura, porém, os pobres não eram incluídos, nem mesmo tinham algum tipo de atenção (SANTIAGO, 2011, p.122). Jesus tinha ações totalmente contrárias dos sacerdotes, pois ajudava os necessitados sem pedir nada em troca.

Nessa época, conforme salienta a autora, não havia muito conhecimento sobre as deficiências, por causa do misticismo que envolvia a questão e também por causa do medo do povo, principalmente, em relação à deficiência mental, que era atribuída ao sobrenatural.

No que tange as civilizações medievais, no século XIV, o ensino era controlado pela Igreja, os clérigos que tinham acesso à leitura, a livros, as grandes bibliotecas ficavam nos mosteiros, e até mesmo alguns livros que eram proibidos pela instituição católica era guardada das bibliotecas subterrâneas, que poucos eclesiásticos tinham acesso. Dessa forma, a educação era exclusiva para poucos:

De modo geral, foram os letrados da Idade Média que de posse da grande benevolência pregada pela igreja, assumiram incluir no debate sobre a natureza do homem, alguns aspectos de sua conduta como aceitáveis ou não. Neste contexto, a questão da humanidade do ser também foi motivo de muitas discussões, e as deficiências transitaram entre a normalidade e a anormalidade tendo a questão de classe como requisito básico (SANTIAGO, 2011, p. 135).

Na Idade Moderna, com o Renascimento, conforme sinaliza Santiago, há uma valorização do racionalismo, abandonando a ideia do sobrenatural, sendo a razão um instrumento crucial para compreender o mundo. Nesta época, houve grandes avanços nas ciências, em geral, que contribuíram para a recuperação e normalização de pessoas com deficiência. Surgem, também, instituições que colaboraram com as categorizações, que definia a qual grupo o indivíduo pertencia: “a categorização de pessoas em grupos, tecnicamente identificados e classificados, a partir dos desvios apresentados, define e fixa quem é normal – e quem não é – nos meados da modernidade”. Nesse sentido, a medicina é “a porta de acesso do indivíduo deficiente ao mundo da normalidade instituída” (SILVA, 1996 apud SANTIAGO, 2011, p.170). A partir de então, conforme sinaliza Santiago, “as instituições são amplamente difundidas por toda a Europa”.

Os hospitais, manicômios, asilos, prisões, são algumas das mais importantes, demonstrando que a conformação aos valores modernos pelos indivíduos é o grande objetivo e que a partir das categorias: loucos, surdos, paraplégicos, cegos, etc. é possível assistir socialmente e educativamente a estes sujeitos (SANTIAGO, 2011, p.170).

Mesmo com os avanços da ciência e o surgimento de instituições, estas adotaram políticas de segregação para as pessoas com deficiência. Começaram a abrigar de forma indiscriminada todos os indesejáveis da sociedade: doentes, deficientes, delinquentes, mutilados (SANTIAGO, 2011, p.182). Não há uma preocupação em ajudar as pessoas com deficiência, mas esconder o problema que incomoda os ditos normais da sociedade.

Foi a partir dos séculos XIX e XX, que surgem estudos importantes que contribuíram significativamente para algumas deficiências, como a de Louis Braille, ficou cego aos três anos de idade, em um acidente em casa, a partir das suas próprias necessidades, cria aos 15 anos de idade um código de leitura e escrita para cegos, conhecido como Sistema Braille, em 1825 (SANTIAGO, 2011, p.214).

A criação do Sistema Braille foi importante para incentivar o gosto pela leitura para os deficientes visuais, além de proporcionar uma independência maior para a aquisição de novos conhecimentos através dos livros, proporcionando uma inclusão social.

Outra personalidade importante foi o francês L' Épée, um dos primeiros a educar surdos de várias classes sociais na sua escola. O seu método de ensino era realizado por meio de uma linguagem própria dos surdos, era a língua de sinais combinada com a gramática da língua oral. Mesmo tendo criado uma linguagem para os surdos, L' Épée foi criticado por Berthier, um professor que criou a primeira organização de surdos. Para Berthier, o sistema de sinais era falho porque ainda conservava a estrutura da língua oral. (SANTIAGO, 2011, p.210)

5 PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A educação especial não trabalha com metodologias embasadas em planos específicos de aprendizagem para alunos com NEE, que individualiza o ensino, reforçando a exclusão. A inclusão educativa é possível através de uma maior flexibilidade curricular, que venha a alcançar as diferenças dos alunos:

As flexibilizações curriculares são fundamentais no processo de inclusão educativa. Porém, é necessário pensá-las a partir do grupo de alunos e a diversidade que o compõe e não para alguns alunos tomados isoladamente. Como aponta Páez (2001) atender à diversidade é atender as crianças com deficiências, mas também todas as outras diversidades que aparecem cotidianamente na comunidade (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p. 10).

Neste sentido, mais uma vez, vemos que as escolas ditas especiais, que só matriculam pessoas com deficiência, estão contribuindo para a segregação. Neste caso, há uma grande contradição, pois não é qualquer tipo ou grau de deficiência que são aceitas na escola especial, alguns quadros graves psíquicos e/ou deficiência múltiplas não são aceitas nestas escolas, enquanto que a escola regular é obrigada por lei a matricular alunos com deficiência (PAULON; FREITAS; PINHO 2005, p.26).

Segundo Drago (2011, p. 73) a Classe especial/Escola Especial são lugares que evidenciam as diferenças, por serem lugares que recebem grupos de pessoas identificadas pela incompletude, que surgem a partir da separação das diferenças entre os alunos, os ditos “normais” e os “anormais”, defendendo uma homogeneização do ensino, limitando os círculos sociais das pessoas com deficiência. Apesar disso, o autor afirma que este quadro está mudando:

Atualmente o paradigma é outro. As ideias têm mudado, e os pressupostos de uma Educação Especial realizada em classes especiais, de modo cristalizado e compartimentalizado corre o risco de desaparecer, uma vez que essas classes/salas tendem a criar a ilusão de que o mundo está colocado de acordo com as deficiências, quando, na verdade, somente aquele ambiente é que está preparado, ou seja, são ambientes que podem excluir, quando o que quer é que essas pessoas participem da vida cotidiana em toda a sua plenitude. Diante disso, concorda-se com o fato de que, entre a Educação Regular e a Educação Especial, precisa haver uma troca infinita de informações e modos de se trabalhar com as pessoas em suas possibilidades, particulares e especificidades (DRAGO, 2011, p.74-75).

A educação especial não se restringe a uma implantação de rampas para cadeirantes ou interprete de língua de sinais na sala de aula. A educação especial é uma modalidade da educação escolar que possibilita uma interligação das práticas pedagógicas da educação inclusiva de maneira harmonizada:

A educação especial precisa ser entendida como uma modalidade de ensino que está ligada a todos os outros níveis, as modalidades e as etapas do processo educacional, tendo como preposto a realização de propostas de atendimento educacional especializado, disponibilização de recursos e serviços e orientação quanto à sua utilização, além de outras contribuições

metodológicas e de implementação (DRAGO, 2011, p. 70).

Vemos que a educação especial não é limitada apenas ao nível infantil, mas deve abarcar desde a educação básica até o superior, como também a educação indígena, profissional e a educação de jovens e adultos.

Voltando a discussão para o conceito de Educação Especial (EE), Santiago (2011, p.2) afirma que esta nomenclatura é antiquada, pois atualmente o termo a ser utilizado é educação inclusiva. Além disso, a autora critica ser a educação especial uma modalidade de ensino:

A educação chamada “especial” funcionou por muito tempo como o principal, ou talvez, o único instrumento de acesso da pessoa com deficiência à escolaridade. Embora, tenha sido delineada equivocadamente como uma modalidade de ensino, não pode ser rechaçada, nem tão pouco ter sua importância suprimida do cenário educacional brasileiro (SANTIAGO, 2011, p. 2).

Apesar de criticar a EE, vemos que a autora não desconsidera a importância desta educação para as pessoas com deficiência, mais ainda, enfatiza o descaso com os portadores de necessidades especiais, uma vez que a EE era o único caminho para a educação. Santiago critica a educação especial como modalidade de ensino, porém não acrescenta nenhuma idéia.

No entanto, para a autora o termo inclusão é mais abrangente, pois está acima da concepção de classificação e definição dos indivíduos em detrimento de suas deficiências, desvinculando a distinção entre deficientes e não deficientes, já que todos têm diferenças e dificuldades, sejam elas temporárias ou permanentes. Além disso, defendendo o termo de educação inclusiva, o modelo explicativo da deficiência é o social, focalizando, agora, na sociedade e não na pessoa (SANTIAGO, 2011, p.4).

Para isso, a escola deve ser um lugar que propicie a interação social, por esta razão os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) devem estudar nas escolas regulares, vivenciando práticas de inclusão de heterogeneidade. Dessa forma, não é o aluno que deve se enquadrar aos padrões da escola, mas esta deve se ajustar as diversidades dos seus alunos, fazendo modificações desde sua estrutura, se necessário, como também apresente um Projeto Político Pedagógico (PPP) adequado, que proporcione o sucesso escolar dos alunos.

CONCLUSÃO

As primeiras civilizações tratavam a educação inclusiva de forma não excludente,

tendo em vista que não havia a noção de propriedade privada nem muito menos de divisão de classe. Logo, não havia a exclusão da pessoa com deficiência da vida em sociedade.

Quando se faz uma análise cronológica sobre a educação inclusiva, partindo desde as primeiras civilizações, constata-se que na Civilização Egípcia havia a exclusão da pessoa com deficiência em razão da ideia de “aptidão física para o trabalho nas grandes construções”. Nessa civilização, a deficiência era considerada como um “castigo dos deuses” e a educação era para uma pequena parcela da população.

Na Civilização Mesopotâmica, a educação era excludente, em razão de ela ser proporcionado com base na classe social e a deficiência era considerada como “pena dos deuses”. Observa-se que o tratamento até mesmo dos deficientes era com base na classe social.

Na Civilização Babilônica, os deficientes “não tinham vez”, ou seja, “não tinha espaço na sociedade”. Havia a punição com a mutilação para as pessoas das “classes desfavorecidas”, segundo o Código de Hamurábi. Essa prática proporcionou muitas deficiências.

Na Civilização Assíria por causa de uma “cultura da guerra”, as pessoas tinham uma noção de “homens saudáveis” para viver em sociedade, ou seja, para “compor o exército. Em outras palavras, as pessoas com deficiência eram excluídas da vivência em coletividade.

Em relação às Civilizações Mediterrâneas Orientais não houve tratamento diferente para as pessoas com deficiência, ou seja, eles continuaram a margens da sociedade. Os Hebreus viam a deficiência como “castigo de Deus”, sem falar do preconceito das pessoas com as pessoas com deficiência: estas eram consideradas como “imundas”. Na Pérsia esse tratamento não foi muito diferente.

As Civilizações Orientais, os Budistas entendem que “a deficiência é tida como um débito da vida passada”. Os chineses não tratavam a deficiência de forma inclusiva. Na “sociedade hindu era dividida em castas, e o tratamento dado aos deficientes variava de acordo com a casta que pertence”.

A Civilização Grega era caracterizada pela valorização da “beleza” e do “físico”, logo, as pessoas com deficiência ficaram excluídas. Essa exclusão acontecia pelos “mitos”, pela “cultura e pela “classe social”.

Na sociedade Espartana, a pessoa com deficiência era exclusiva, em razão da valorização da “cultura da guerra” e da “perfeição física”.

Na Sociedade Romana nada mudou, ou seja, as pessoas com deficiência eram excluídas e havia um “tratamento discriminatório social-econômico”.

Nas civilizações Medievais houve uma pequena mudança em virtude da “influência da Igreja Católica”, nesse sentido, no plano teórico, as pessoas com deficiência eram consideradas como “seres humanos”. Porém, no plano prático o que acontecia era o seguinte: “os deficientes não tinham espaço nesta sociedade, e se não produzissem lucros para o senhor do feudo seriam expulsos”.

Para os mulçumanos as pessoas com deficiência eram “consideradas como incapaz”.

Na idade moderna visualiza-se um desenvolvimento da ciência e o surgimento de instituições ligadas a área da saúde, por exemplo, hospitais, manicômios, asilos, prisões e etc. Nessa fase foi adorada uma “política de segregação para as pessoas com deficiência”. Há a classificação de um grupo chamado de “indesejáveis da sociedade, quem são: doentes, deficientes, delinquentes, mutilados”.

Após analisar a história da educação inclusiva, fica evidente que alguns problemas ainda presentes na contemporaneidade são problemas históricos como é o caso da exclusão social e da discriminação das pessoas com deficiência. Nesse sentido, deve ser analisado a história para mudar a realidade da educação inclusiva.

Na contemporaneidade, no Brasil, a educação especial é a que proporciona uma inclusão educativa por meio de uma flexibilização curricular. Não há que se determinar uma exclusão das pessoas com deficiência: não se deve contribuir com uma segregação entre as pessoas.

REFERÊNCIA

DRAGO, Rogério. **INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

PAULON, Simone Mainieri; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson Smiech. **DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO À POLÍTICA DE INCLUSÃO**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>. Acesso: 30/05/2017.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. **A HISTÓRIA DA EXCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: aspectos Sócio-Econômicos, Religiosos e Educacionais**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.